

Novas funções do Estado e microempresas

66m. Brasil
11 MAI 1994

CORREIO BRAZILIENS

Antonio Kandir

É estéril a oposição, tão corrente no debate brasileiro de hoje, entre um Estado mínimo, espalhado no Estado capitalista dos séculos XVII e XVIII, e um Estado forte, nos moldes do Estado desenvolvimentista nascido na periferia do mundo capitalista, entre os anos 40 e 50 deste século.

Assim como não faz sentido imaginar possível, numa economia capitalista cada vez mais complexa e internacionalizada, um Estado que cuide apenas de saúde, educação e segurança nacional, como parecem supor alguns neoliberais, tampouco faz sentido imaginar que, hoje, o Estado, para ser "forte", precise estar presente, de modo direto, na esfera da produção industrial, como defendem os "nacionalistas".

Ambos os grupos são cegos às mudanças que novos padrões tecnológicos impuseram, nas duas últimas décadas, à organização da produção, dos mercados e do Estado, no mundo capitalista.

Em todos os países, mas de modo especial nos países da periferia do capitalismo, em razão de "atrasos históricos" acumulados, os novos padrões de competitividade da economia mundial exigem que o Estado pratique políticas industriais ativas, sob pena de que as economias desses países percam dinamismo em ritmo crescente e a grande massa de suas populações se afunde ainda mais na miséria.

Dentre os objetivos de uma política industrial ajustada aos novos tempos deve estar a consolidação de sólida e ampla rede de micro, pequenas e médias em-

presas, tanto para permitir às grandes empresas concentrarem-se em seus negócios típicos, terceirizando atividades acessórias, como para minorar problemas de desemprego decorrentes da implantação inevitável de novos padrões tecnológicos. Sob esse aspecto, a política industrial assume novas e importantes dimensões sociais.

Diante da perspectiva de que um contingente crescente de pessoas venha a perder o emprego, com poucas chances de recuperar mais adiante um posto de trabalho igual ou similar, torna-se urgente implementar políticas que estimulem a constituição de novos negócios, políticas de geração de renda mais propriamente que políticas de geração de emprego.

Da óptica do indivíduo, políti-

cas de incentivo ao pequeno e médio empreendimentos aumentariam as chances de recuperação da auto-estima, que o desemprego acaba por destruir. Da óptica da sociedade, permitiriam ao mesmo tempo aliviar a pressão fiscal sobre o Estado e estimular o "espírito de empresa".

Da óptica da economia, permitiria aumentar a competitividade global, uma vez que, dada a necessidade que têm de reduzir custos operacionais e concentrar-se em alguns negócios típicos, as grandes empresas dependem cada vez mais da existência de uma rede de pequenas e microempresas aptas a fornecer bens e prestar serviços com eficiência e qualidade adequadas.

■ Antonio Kandir, ex-secretário de Política Econômica, é doutor em Economia